

Associativismos Cooperativistas e Sustentabilidade Social na Comunidade do Cuniã

Sebastião Gonçalves Neves¹, Samuel dos Santos Junio²

¹(Instituto Federal de Rondônia - IFRO, Brazil)

²(Instituto Federal de Rondônia -IFRO, Brazil / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD, Portugal)

Abstract:

A comunidade do Lago do Cuniã segundo seus moradores existe há mais de um século. Nesse período pouco se sabe sobre a formação dessa comunidade. Quem foram seus primeiros moradores? Suas origens e porque se instalaram nesse lugar. O que é do conhecimento de todos é a beleza natural que encanta a todos, porém até o presente, sofre ameaças pelo poder público, fato que levou o interesse pela pesquisa. Portanto, o objetivo desse trabalho é descrever o histórico de sua formação, conservação e ação dos moradores para manter sua permanência no local. Para tanto, faz-se necessário abordar uma temática relevante a partir do início do século XX até os dias atuais. Entende-se que só conhecemos o passado, se registramos algo a seu respeito no presente para assim dispormos de uma teoria provável que mostre como causa ou razão o que importa discutir. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo é qualitativa, tendo em vista ter adotado a técnica da Revisão Bibliográfica para a abordagem do tema. Verificou-se com a conclusão desse estudo que comunidades tradicionais como a do Lago do Cuniã em sua maioria foram dizimadas com a política de ocupação em Rondônia a partir de 1970. No entanto, a comunidade do Cuniã sobreviveu devido à ação associativista.

Key Word: Associativismo Cooperativista; Sustentabilidade Social; Expansão do Agronegócio; Resex do Lago do Cuniã.

Date of Submission: 11-02-2023

Date of Acceptance: 22-02-2023

I. Introduction

O objeto de estudo é a comunidade do Lago do Cuniã que está inserida em uma Reserva Extrativista Federal, concebida como uma unidade de conservação integral, criada pelo Decreto Federal nº 32.328, de 10 de novembro de 1999. Ocupa uma área de 75.776 hectares e está localizada à margem esquerda do rio Madeira, a aproximadamente 95 km do município de Porto Velho, Estado de Rondônia. A referida comunidade atualmente está composta por 90 famílias, 500 habitantes aproximadamente e se dividem em quatro Núcleos Habitacionais (Pupunhas, Neves, Silva Lopes e Araçá).

A comunidade é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Seus moradores cultivam práticas socioculturais próprias de seus costumes, e a economia é da base extrativista, predominando o extrativismo da castanha da Amazônia, açaí, mandioca, polpas de diversos frutos regionais e a produção de pescado que engloba em média dez espécies de maior valor com destaque para o pirarucu.

A organização política local é representada por duas entidades: a Associação dos Moradores Extrativistas do Lago do Cuniã (ASMOCUM) e a Cooperativa de Pescadores, Aquicultores, Agricultores e Extrativista da Resex Lago do Cuniã (COOPCUNIÃ). As duas entidades trabalham de acordo com o Instituto Chico Mendes e Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e compartilham a administração da RESEX com o objetivo de promover a preservação da fauna e flora para uso sustentável dos moradores da comunidade do Lago do Cuniã.

A Associação de Moradores Extrativistas da Resex Cuniã (ASMOCUM) foi fundada em 1986, e concentrou seus esforços na defesa da permanência dos moradores, que naquele momento (1986) sofriam ameaças de desapropriação pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que tinha a missão de criar uma Estação Ecológica, um modelo de unidade de proteção integral onde não permite a presença de muitos moradores, apenas funcionários da instituição responsável pela administração e pesquisadores.

A Cooperativa de Pescadores, Aquicultores, Agricultores e Extrativistas da Resex Lago do Cuniã (COOPCUNIÃ), foi criada em 2011 por um grupo de extrativistas da Resex Lago do Cuniã e tem o propósito conforme seu estatuto de administrar as atividades produtivas dos sócios, ampliar novas áreas de produção, agregar valores dos produtos através da industrialização, criar novas alternativas de mercado, ampliar o conhecimento técnico através de cursos e conscientizar a comunidade quanto ao uso dos recursos naturais no conceito de sustentabilidade social e ambiental.

A história de formação da comunidade em estudo (Cuniã) tem uma relação direta com a formação dos povos Amazônicos (Indígenas, Nordestinos e descendentes Portugueses). Por isso, a pesquisa abordará temas considerados históricos e relevantes na formação da comunidade em estudo, começando pelos primeiros habitantes do Lago do Cuniã, no período do Ciclo da Borracha, migração nordestina, passando pelo processo de colonização de Rondônia a partir de 1970 que, atualmente, é visto como uma ameaça para as comunidades tradicionais.

A base teórica deste trabalho é composta por vários autores, a saber: Ianni (1979), Martins (1980), Dias (2018), Maciel (2012) e Ott (2002). A metodologia foi uma análise de dados secundários através da pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa descritiva tendo como objeto da pesquisa a comunidade de moradores do Lago do Cuniã, e cujo objetivo é descrever a história de formação dessa comunidade com o propósito de ampliar o grau de conhecimento científico sobre a referida comunidade.

II. Material And Methods

O trabalho é um estudo sobre a importância do associativismo cooperativista para a defesa da sustentabilidade social da comunidade do Lago do Cuniã, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. O que se pretende com esse estudo é ampliar o conhecimento científico sobre a formação dessa comunidade descrevendo várias fases de sua formação. O estudo sobre comunidades rurais, considerado por Ianni (1961) como étno-sociológico, é um tema rico em possibilidades teóricas que envolvem habitat, população, subsistência econômica, isolamento e contato social, linguagem, família, compadrio, ritos, cerimônias, credences, comportamento político, relações raciais, conflito, solidariedade, humor, provérbios e ditos populares, mudança social, desorganização social, entre outras.

Sabe-se que, viver em comunidade é uma forma básica de sobrevivência humana que engloba conexão, sintonia, combinação, interação, partilha, engajamento, reconhecimento, coletividade, experimentar o sentir comum, cooperar, confiar, participar, responsabilizar-se, conviver, buscar empatia consigo, com o outro, com a espécie e com a natureza.

De acordo com Diegues (2008), uma comunidade tradicional tem sua formação cultural e crença com característica semelhante às demais comunidades amazônicas, portanto, a crença no mito tradicional e moderno está intrínseca às comunidades tradicionais.

Malinowski (1988, p. 103-104). Buscando uma clara compreensão acerca do mito afirma que: É uma realidade viva, que se crê ter acontecido em tempos recuados e que continua a influenciar o mundo e os destinos humanos. [...] é constantemente recriado; cada mudança histórica gera a sua mitologia, que, no entanto, apenas se relaciona indiretamente com o fato histórico. O mito é um constante derivado da fé viva, que carece de milagres; de estudo sociológico, que exige antecedente; de norma moral, que requer sanção.

A comunidade em estudo tem uma relação direta com a doutrina do associativismo e cooperativismo, e em especial o associativismo, que foi a ferramenta utilizada na luta em defesa da permanência dos moradores do Lago do Cuniã. No conceito do SEBRAE, o (associativismo) é: O princípio de uma doutrina que expressa à crença de que juntos pode-se encontrar soluções melhores para os conflitos que a vida em sociedade apresenta. Associação, em um sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos.

As associações estão regulamentadas tanto na Constituição Federal no Art. 5º XVII a XXI, e artigo 174, § 2º e no Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, artigos 51. Em ambos, estão descritas as leis que regem o modelo em nosso país e que embasam esse modelo de organização. Em alguns Estados pode-se encontrar legislação específica para atender uma ou outra especificidade estadual, mas qualquer que seja a legislação deverá estar subordinada às leis federais.

A colonização em Rondônia a partir, de 1970 a 1990, está baseada em vários autores, entre os quais Martins (1980), Maciel (2012), OTT (2002), Almeida Silva et al (2012). A partir da década de 1990 será mencionada a expansão do agronegócio em Rondônia e as consequências causadas ao meio ambiente.

O último tema da pesquisa é o histórico de formação da comunidade do Lago do Cuniã, e a proposta de pesquisa abordará desde os primeiros habitantes até o presente momento. Para a construção teórica sobre a comunidade em questão seguiremos os passos de Dias (2018), VEGINI, Valdir; VEGINI, Rebecca Louize; LOPES, Valdir (2011) e Núcleo de Apoio as População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA).

Costa Silva (2012, p. 59) recomenda a importância de:

Analisar as transformações sociais contemporâneas de uma dada sociedade e de um dado território implica retirar da realidade concreta as variáveis que possam construir elementos coerentes, para recompormos suas partes e ordenarmos o espaço-tempo analisado. Pensar a evolução do espaço, suas tramas e suas formas-

conteúdo que lhe dão objetividade numa história territorial requer, como partido de método, a periodização dos processos sociais mais amplos.

A técnica de Análise Bibliográfica está baseada em Maciel (2012). A pesquisa de campo foi construída em cinco visitas nos anos de 2019 e 2020, com objetivo de colher dados de antigos moradores, presidente da Associação de Moradores e gestor administrativo da Cooperativa em conjunto com os moradores da Resex do Lago do Cuniã.

III. Resultand Discussion

LAGO DO CUNIÃ: O CONTAR PELO CONHECIMENTO EMPÍRICO

Cuniã em língua indígena significa "moça jovem". Segundo a lenda, após diversos conflitos entre índios (Mura) e brancos, os índios foram obrigados a fugir em canoas para não serem dizimados. Entretanto, uma jovem e bela índia foi capturada e mantida viva em função da sua beleza. Cuniã, porém, ficou muito triste. Numa noite enluarada, enfeitiçou a todos e enquanto dormiam, mergulhou nas águas do lago e nunca mais foi vista. Acredita-se que Cuniã se transformou numa cobra-grande, e está adormecida no poço mais fundo do lago (poço preto). Ela só acordará para defendê-lo de invasores. Se um dia resolver ir embora, o lago secará e exterminará todas as fontes de riqueza. (VEGINI et al 2010).

Esse conto é repassado pelas gerações antigas e atuais do povo que moram no Lago do Cuniã. No mais, é possível acreditar que os moradores depositaram sua crença no mito da menina moça, justificando o motivo pelo qual uma comunidade foi construída ao longo do tempo, isolada dos grandes centros e sem algum conhecimento científico que pudesse combater às doenças e perigos iminentes que submetem os povos da floresta.

A fauna e flora têm seus mistérios e seus protetores, nela, o homem encontra as espécies vegetais e animais que o alimentam e curam. Além disso, nos apresenta um cenário de um mundo imaginário, repleto de narrativas, crendices, encantos e magias que são criados mediante o convívio com a natureza, que marca a relação humana com ambiente natural inspirador de dúvidas e mistérios, e na maioria são conceituados como mito.

A formação e o desenvolvimento cultural de um povo não ocorrem num passo de mágica. Esse processo acontece mediante alguns fatores, porém, dois se destacam: o isolamento e o contato. Isolamento proporcionado pela imensidão dos espaços geográficos e contato direto com a misteriosa natureza e com outros povos, nativos ou não. Daí é possível considerar a função das crenças que nortearam a vida desses povos e precisa ser reconhecido e entendido como o meio encontrado para sobrevivência e também registrar através de contos os acontecimentos que passará para a história.

Considerando a comunidade do Cuniã nesse contexto, e como as demais comunidades amazônicas, esta foi construída com históricos de bravura dos povos originário da Amazônia. Antigos moradores relatam que antes da chegada dos seringueiros, migrantes nordestinos e descendentes de portugueses, habitavam na região do Cuniã uma grande nação indígena pertencente à etnia Mura, esses índios estavam distribuídos em um espaço de mais de 50 km, compreendendo atualmente o distrito de Nazaré até a divisa com o Estado do Amazonas.

No conto dos antigos moradores, os nordestinos chegaram primeiros que os descendentes de portugueses como relata Fernando Furtado Lacerda. “quando cheguei aqui em 1940, vindo de Manicoré (AM) encontramos algumas famílias de cearense, mas também tinha descendentes de índios Mura”. De acordo com Dias (2018). Os nordestinos já estavam na Amazônia desde o século XVIII, porém, sua presença no Cuniã fora registrada no início do século XX, motivados pelo ciclo econômico da borracha, responsável pela formação da maioria dos povos ribeirinhos.

A formação da comunidade do Lago do Cuniã, como outras comunidades ao longo do Rio Madeira foram motivadas graças aos ciclos da borracha. No entanto, o processo de ocupação acontecia há séculos como relata Maciel (2012, p. 2) sobre a formação das sociedades cabocla na Amazônia:

É quase consenso, entre historiadores e antropólogos, o fato de que a formação da sociedade cabocla amazônica se fez em três momentos: o colonial, decorrente das relações entre indígenas e portugueses; o seringal, decorrente da economia da borracha, no qual indígenas caboclos e nordestinos, particularmente cearenses, dão o tom da ocupação antrópica; e, finalmente, a urbanização da cultura cabocla, decorrente do massivo êxodo rural, a partir da década de 1920.

A formação da comunidade do Lago do Cuniã acontece no segundo momento com a exploração dos seringais na Amazônia, também denominado de ocupação antrópica onde a maioria eram nordestinos e descendentes de portugueses residentes no Amazonas em cidades como Manicoré e Humaitá. No segundo ciclo da borracha na década de 1940, o Lago do Cuniã, volta a receber migrantes nordestinos e amazonenses. Nesse período, habitavam no Cuniã aproximadamente 20 famílias como relata os senhores Almerindo Ferreira Lopes, Moises Bacelar de Souza e Fernando Furtado Lacerda. (Cuniã, 2017). Considerados os mais velhos moradores do Lago do Cuniã, todos com idade acima dos 80 anos.

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA COMUNIDADE DO LAGO DO CUNIÃ

A formação da comunidade do Cuniã se deu em três momentos: com os sobreviventes dos [Moura], do primeiro ciclo da borracha e segundo ciclo da borracha que contribuiu para permanência de aproximadamente 20 famílias em meados de 1950. Dias (2018), afirma que os primeiros habitantes do Lago do Cuniã, pertenciam à tribo da grande nação Mura. Esses moradores (índios) foram encontrados a partir do século XVIII. Contudo, acredita-se que essa nação habitava a região do Cuniã há mais tempo. Segundo Cilo Pereira Neves (morador da comunidade desde 1946, natural de Manicoré - AM), um pesquisador por nome de Tigrão integrou uma comitiva de pesquisadores no ano de 1977 e realizou escavações nos quatro núcleos familiares (Popunha, Silva Lopes e Araujo, Neves e Araça).

O mesmo divulgou que encontrou cacos de cerâmica, pão e outros objetos que comprovaram a presença de índios em momentos bem recentes, cerca de cento e cinquenta anos. Dias (2018, p. 128), contribuiu com o entendimento e afirmar que:

Até meados do século XIX a população que habitava na área de Cuniã pertencia à tribo da grande nação Mura (nação indígena que habitava a área de Cuniã nos séculos XVIII e XIX, cf. Nimuendajú, C. A. (1925) in: *Textos Indigenistas*. SP. Loyola, 1982; e Moreira Neto, C. A. *Índios da Amazônia: de Maioria a Minoria*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1988), estimada em cerca de 60.000 índios. Por volta de 1826 eles serviram-se do rio Madeira, procurando suas margens baixas e lagos adjacentes para fixarem suas habitações.

No final do século XIX, migrantes nordestinos juntamente com descendentes de portugueses chegaram na região do Cuniã com o propósito de explorar o látex (*Hevea brasiliensis*) e castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa*), produtos de grande valia no mercado internacional e somente encontrado na Amazônia. O primeiro ciclo da borracha (1880 a 1912) provocou a primeira mudança na ocupação do espaço no Cuniã. A chegada dos nordestinos e amazonenses originou grandes conflitos com os índios Mura. Segundo Dias (2018, p. 129) “os primeiros seringueiros que, patrocinados pelos seringalistas, entram em conflito com os índios Mura que serão eliminados não só do vale do Rio Madeira, mas também dos Rios Negro e Solimões”.

De acordo com Dias (2018) primeiros exploradores dos seringais chegaram ao Lago do Cuniã no final do século XIX e início do século XX. Estes relatos se confirmam nos depoimentos de antigos moradores. Segundo o relato do senhor Moises Bacelar de Souza, nascido em 1929, natural do Cuniã, em entrevista em 5 de dezembro 2017 os moradores, eram poucos, habitavam em média 20 famílias, das quais menciona os Souza, Coelhos, Lopes, Araújo, Miranda e Neves. Com a chegada dos seringueiros, em uma década, o povoamento do lago Cuniã aumentou significativamente, devido atividade de extração do látex. Lembra que, juntamente com os novos habitantes chegaram objetos que facilitaram a vida de todos para desenvolver atividades de trabalho na lavoura, exploração do látex e castanha. Essas ferramentas eram forno de cobre, panelas, serrotes, martelos, facão, armas de fogo (espingardas e rifles), redes, pano para confeccionar roupas e outros.

Segundo relato de outros moradores, os seringueiros desconheciam a existências dos índios nas imediações, entraram sem medo na mata e não custou chegar notícia que, houve confronto entre índios e seringueiros. O maior dos confrontos relata Moises, foi o ataque dos seringueiros aos índios que habitavam as cabeceiras do igarapé Cuniazinho, (igarapé afluente do Lago do Cuniã) em uma colocação (espaço que reúne seringais) chamada de Forno. Seringueiros guiados por um mateiro chamado pelo nome de Chico preto, que ganhava a vida com a procura de tribos indígenas, conduziram os seringueiros até a aldeia, e na calada da noite, atacou os índios, levando ao extermínio de quase toda a tribo. (Bacelar, 5 de dezembro de 2017).

Fernando Furtado Lacerda, nascido em 1924, (falecido em 2018), chegou ao lago do Cuniã em 1940, oriundo de Manicoré AM, relata que veio para explorar o seringal chamado de Forno, que englobava cinco seringais. Indagado sobre a presença de índios na região, Lacerda relatou o seguinte: “quando cheguei de Manicoré- AM em 1940, moradores me alertaram sobre a presença de índios nas cabeceiras do Cuniazinho”. Disseram que há pouco tempo índios atacaram seringueiros e depois os seringueiros mataram muitos índios. Isto confirma a história relatada por Moises Bacelar, sobre o massacre a tribo de índios. Fernando relata que enfrentou muitas dificuldades para se instalar. Sua colocação era cerca de um dia de viagem de canoa até o local da exploração do látex. Contava com o apoio de mais de 20 homens destemidos e experientes, devido terem já explorado o látex em outros seringais.

Em meados de 1945 e 1946, a borracha não tinha mais valor, não era viável fazer conta para explorar a borracha, porém, muitos seringueiros não tinham como voltar para seu local de origem e a maioria ficaram no Lago do Cuniã, devido ser um ambiente muito rico em alimento. (Lacerda, 7 de dezembro de 2017).

De acordo com Cilo Pereira Neves, nascido em 1936, que chegou ao Lago do Cuniã em 1942 em companhia de seu pai Ciro Gomes das Neves, oriundos de Manicoré- AM. Relata que apesar dos seis anos de idade, recorda bem a chegada ao Cuniã, os efeitos da 2ª Guerra mundial (1939 a 1945) eram iminentes, a escassez de produtos industrializados afetava diretamente a todos, em especial, quem morava em lugares isolados. O sistema de aviação só era feito uma vez por ano no final do inverno para dar início à safra da borracha e geralmente, não era suficiente para aguardar a próxima safra, necessitando de fazer compras em Porto Velho.

Na época, o transporte só era possível através de via fluvial. Não havia embarcação com motor e o que conduzia o barco era os remadores com uma espécie de remo apropriados para conduzir embarcações. Seu pai *Ciro Gomes das Neves* organizou em conjunto com vários moradores viagens a *Porto Velho* para adquirir produtos como: sal, açúcar, café, sabão, banha de porco, feijão, arroz, tabaco, roupas e outros produtos fundamentais para a sobrevivência.

Os moradores, sobre a liderança do senhor *Ciro Neves*, fizeram um baixo assinado e levaram para o Governador do Território Federal de Rondônia, *Aloizio Pinheiro Ferreira* (1943 a 1946), onde reivindicavam a construção de uma escola, enfermeiro e policial. As reivindicações foram atendidas e foi construída a primeira escola em 1945. “*Francisco Braga*”. A chegada do enfermeiro, professor e o guarda territorial, melhorou a vida dos moradores, em especial, o enfermeiro, devido o grande caso de malária e outras doenças existentes no local.

criação da Associação dos Moradores do Lago do Cuniã (ASMOCUN)

A ASMOCUN foi criada em 15 de junho de 1986. A primeira diretoria foi composta pelos seguintes membros: *Rubens Inocêncio de Souza* (presidente), *José Ferreira Lopes* (vice-presidente), *Sebastião Gonçalves Neves* (1º secretário) e demais membros. No ato da criação estavam presentes os professores *Clementino Leite Neto* e *Luciano Lucas*, ambos docentes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Vale lembrar que o professor *Rubens Inocêncio* era acadêmico da UNIR e tornou conhecida a história da desapropriação dos moradores, tal fato, [sensibilizou os professores], e logo visitaram a comunidade e orientaram como proceder quanto à permanência, e sugeriram a criação de uma associação de moradores.

Era consenso que o foco principal era a permanência dos moradores, para tanto, a diretoria eleita, juntamente com parceiros precisavam mudar a proposta de criar uma Estação Ecológica, apresentando uma contraproposta de criação de uma Reserva Extrativista (RESEX). Uma unidade de conservação, cujo objetivo é a proteção dos meios de vida e a cultura de populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. O sustento destas populações se baseia no extrativismo, agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno porte, pesca e outros.

A luta da Associação de moradores era contra o tempo, caso o Governo Federal decretasse a criação da Estação Ecológica (ESEC) tornaria mais difícil a permanência dos moradores. Em audiência com o Governador *Gerônimo Santana* (1987 a 1991) a diretoria da ASMOCUN solicitou apoio para os moradores locais permanecerem no Cuniã, o mesmo sensibilizou-se com a causa e agendou uma visita a comunidade e ouviu a reivindicação dos moradores que pediram a criação de uma Unidade de Conservação Estadual para impedir a criação da Unidade Federal, assim o Governador de pronto atendeu e pediu ao Secretário de Estado Meio Ambiente (SEMARO) *Francisco Araújo*, para tomar as providências em caráter de urgência.

A reivindicação dos moradores foi atendida através do Decreto Estadual nº 4.251 de 24 de junho de 1999 que criava uma Área de Proteção Ambiental (APA) no Lago do Cuniã. Trazendo a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criada a área de Proteção Ambiental – APA, no Lago do Cuniã, município de *Porto Velho*, com área de 104.000,00 ha (cento e quatro mil hectares) e um perímetro 168.377,93 m (cento e sessenta e oito mil, trezentos e setenta metros e noventa e três centímetros), confrontando-se ao norte com o Estado do Amazonas, ao sul com o Rio Madeira e Leste e Oeste com terras da união. (RONDÔNIA, 1999).

O Art. 3º do decreto 4.251 atribui toda responsabilidade da administração da APA para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Rondônia (SEMARO). A criação da APA permitiu que os moradores se mobilizassem junto ao governo federal e reivindicassem a criação de uma RESEX, por entender que uma Unidade de Conservação Federal garantiria a preservação dos ecossistemas. A diretoria da ASMOCUN buscou parcerias não só para criação de uma reserva, mas também nas políticas públicas e o governo de Rondônia no período de 1987 a 1991 contemplou a comunidade do Cuniã com um barco para transportar produtos, voadeira, casa de farinha, abertura do ramal ligando o distrito de *São Carlos* ao Lago do Cuniã e outros benefícios sociais que favoreceram a vida dos moradores.

No início da década de 1990, a recém-criada Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR) tornou-se um parceiro da comunidade, e, entre os objetivos da OSR estava a lutar pela criação de várias reservas extrativista em Rondônia, entre as quais a do Lago do Cuniã. Foram 13 anos de batalha da ASMOCUN (1986 a 1999), para criação da Resex/Cuniã, e através do decreto lei nº 32.328, de 10 de novembro de 1999. (BRASIL, 1999), foi criada a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã, Considerada a maior conquista dos moradores através da ASMOCUN, que é vista por todos como uma ferramenta de luta em defesa das crenças, ideais, objetivos, consciência, preservação e construiu saberes, tornado um exemplo de luta pelos direitos humanos, sociais, ambientais, e mostrando que é humanamente possível o convívio entre o homem e a natureza.

COMUNIDADE DO CUNIÃ, LUTAS E CONQUISTAS ATRAVÉS DO ASSOCIATIVISMO
COOPERATIVISTA

A comunidade do Cuniã encontra-se dentro de uma Reserva Extrativista, a (RESEX/CUNIÃ). Segundo dados da Unidade de Saúde da Família (USF, 2018) e Associação dos Moradores do Cuniã (ASMOCUN, 2018) moram no Lago do Cuniã 92 famílias e aproximadamente 450 pessoas que se dividem em 4 (quatro) núcleos residenciais, quais sejam: Araçá, Silva Lopes Araújo, Neves e Pupunhas. A comunidade está localizada no município de Porto Velho, Estado de Rondônia. De acordo com o decreto nº 9.638/2018 (BRASIL, 2018), compreende uma área de 74.659 hectares. A Resex do Cuniã foi criada pelo Decreto Federal nº 32.328 de 10 de novembro de 1999. (BRASIL, 1999).

O acesso à comunidade do Cuniã é possível através de vias terrestre e fluvial. A primeira compreende um trecho de 75 km saindo de Porto Velho pela estrada da penal que finaliza no rio Jamari no distrito de São Carlos, e após travessia no rio madeira, percorre-se uma trilha de 14 km chegando ao lago do Cuniã, totalizando um percurso de aproximadamente 100 km até as residências. O segundo percurso é possível através de transporte fluvial, saindo de Porto Velho (porto do Cai n'água) até o Lago do Cuniã. Este percurso é mais demorado e só é possível em época de cheia (dezembro a maio), e totaliza um percurso de 130 km.

Apesar do difícil acesso e pouca assistência do poder público, os moradores mantiveram o ideário de permanência no local, devido à fartura de alimentos, extração de produtos, segurança e tranquilidade, proporcionada pelo bom relacionamento familiar. A harmonia entre homem e natureza, se estampa no olhar de quem visita o Cuniã. Mesmo com um histórico de desmatamento em todo o Estado de Rondônia como foi mencionado, é possível admirar o cenário intocável, causando admiração quando comparado ao trecho Porto Velho/Vilhena.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, técnicos da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASTER-RO) ministraram vários cursos de prática sustentável. Fato novo para os moradores, que até a metade da década de 1970, desconheciam quaisquer técnicas de plantio, criação de animais, conservação de alimentos e outros. A população retirava da natureza grande parte dos alimentos necessários para sua sobrevivência e ao mesmo tempo era guardiã do ecossistema, algo incomparável pela política ambiental da época e também impossível acreditar que a comunidade poderia continuar preservando o local sem a intervenção do poder público.

Já nos últimos anos o Governo Federal, representado pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), projetava criar quatro estações ecológicas em Rondônia, (Figueiredo, 2006). Os relatórios dos técnicos da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASTER) que, além de relatarem fatos técnicos sobre os cursos ministrados, também expandiam sua admiração pela beleza natural do Lago do Cuniã. Fato esse que levou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) a recomendar a criação da Estação Ecológica. Com base em estudos, recomenda a desapropriação imediata da população, indenização e transferência para outro local a ser destinado pelo INCRA como relata Figueiredo (2006, p. 98).

De fato, a primeira providência da SEMA foi reivindicar junto ao INCRA a transferência da propriedade da terra pretendida para criação da unidade e a segunda foi deixar claro em seu relatório (SEMA/87), a importância da realização dos estudos geofísicos da área, bem como, a indicação de que a população humana existente na área, em hipótese alguma poderia permanecer no local, a mesma deveria ser indenizada e transferida para outro local a ser destinado pelo INCRA.

A visão tecnocrata de ocupação antrópica, modelo adotado em Rondônia, norteou os critérios da Secretaria Especial do Meio Ambiente, a criação da Estação Ecologia (ESEC). Unidade de conservação da categoria de proteção integral que não permite a permanência de moradores. Em cumprimento a lei, a SEMA pressionava a saída imediata dos moradores, com fortes ameaças de retirada a força, caso não aceitassem a indenização, sobre alegação que as famílias seriam uma ameaça para o ecossistema, desconhecendo todo o histórico de formação e convivência entre o homem e natureza que na década de 1970, já contabilizava mais de um século de ocupação. (Dias, 2018).

Algumas famílias cederam à pressão, mas, de acordo com Figueiredo (2006), aproximadamente trinta famílias resistiram às ameaças e não se intimidaram, ao contrário, se organizaram para garantir a permanência no lugar que por direito de posse lhes pertencia. Os moradores não aceitaram as argumentações técnicas, que a área estava sendo escolhida para compensar a devastação ambiental em Rondônia iniciada na década de 1970. Esses argumentos não foram aceitos pelos moradores que manifestaram resistência para não receber a indenização e deixar o local, negando que sua permanência no local representasse qualquer ação que os ligassem à destruição da natureza.

ASSOCIATIVISMOS COOPERATIVISTAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL NA
COMUNIDADE DO CUNIÃ

O termo Associativismo Cooperativista surgiu da união da Associação dos Moradores Extrativistas da Resex – Cuniã (ASMOCUN) e da Cooperativa de Pescadores, Aquicultores, Agricultores e Extrativistas da Resex Lago do Cuniã (COOPCUNIA). Fundada em 17 de abril de 2011 com 50 sócios e um capital social de 1.000,00 (hum mil reais). Tendo como prioridades a sustentabilidade do processo produtivo na atividade econômica dos sócios, conforme registra o Estatuto da COOPCUNIÃ no artigo (3º, p. 2).

A COOPCUNIÃ tem por objetivo organizar a atuação solidária de seus sócios em suas atividades econômicas, proporcionando viabilidade e dando suporte na coleta, captura, transporte, classificação, processamento, armazenamento e comercialização dos produtos extrativistas e ainda nos cultivos e criações tradicionais, protegendo o meio ambiente e os recursos naturais, bem como preservando a cultura e os costumes dos povos envolvidos na cooperativa. Em cumprimento de seu objetivo social a COOPCUNIÃ realizará ações de apoio às atividades de extrativismo florestal, à produção pesqueira e agrícola de modo geral, e à produção vegetal e animal em terra firme, todas realizadas mediante o manejo dos recursos naturais com critérios de sustentabilidade, em conformidade com as normas de uso da Resex Lago do Cuniã.

A cooperativa foi criada com o apoio da Associação dos Moradores Extrativistas do Lago Cuniã, (ASMOCUN), técnicos da EMATER e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que administra a Resex em conjunto com a ASMOCUN.

De acordo com Dias (2018, p. 131), em 2011 iniciou-se um processo de formação em gestão participativa do empreendimento cooperativo, cujo foco foi motivar a comunidade e criar condições para o desenvolvimento de estudos que pudessem qualificar a gestão do empreendimento cooperativo local, bem como a gestão da produção de valor aos produtos da floresta e exercitando na comunidade a comercialização do ciclo curto. Esse processo de formação deu suporte para a pesquisa-ação que permitiu nossa intervenção com uma proposta de gestão diferenciada para a cooperativa agrícola da comunidade.

A partir de 2011 os moradores do Cuniã passaram a trabalhar com associativismo cooperativista tendo como base as ações conjuntas das duas entidades ASMOCUN e COOPCUNIÃ. A Associação ficou com a responsabilidade das políticas sociais e a Cooperativa com a parte econômica. Embora se tratasse de duas instituições, os sócios são moradores do Cuniã e na maioria, fazem parte da Associação e da Cooperativa, criando um modelo cooperativista de produção familiar como conta no Estatuto da Coopcuniã (Art. 4º p. 3) que diz:

Os sócios da COOPCUNIÃ são agricultores de base produtiva familiar, pescadores artesanais e extrativistas florestais, a partir de 16 anos e idade, observando-se os critérios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que desenvolvem suas atividades em conformidade com o plano de uso da Resex Lago do Cuniã, sendo a dita RESEX a área de ação delimitada neste Estatuto para fins de admissão de sócios.

Vale ressaltar a participação dos jovens a partir dos 16 anos. Três fatores foram levados em consideração: a) a contribuição na atividade econômica de caráter familiar. b) direito de participar dos cursos profissionalizantes que seriam ministrados pela Cooperativa com a visão de promover sustentabilidade organizacional e equilíbrio ambiental no futuro. c) participação da família na Gestão de cooperação da COOPCUNIÃ. De acordo com dias (2018), foi unanimidade dos sócios da ASMOCUN a participação dos jovens na ação cooperativista, dando-lhes oportunidades e visão diferente sobre o funcionamento de uma cooperativa, podendo conduzir os trabalhos no futuro.

A COOPCUNIÃ foi criada com o objetivo de desfazer uma cultura comercial do atravessador, isto é, acabar com a base de troca dos produtos e criar uma política de valorização através do cooperativismo. Em 2011, ano de criação da cooperativa, a renda média mensal das famílias do Lago do Cuniã, girava em torno de 668,12(seiscentos e sessenta e oito reais e doze centavos). Em 2016, ano de funcionamento da cooperativa COOPCUNIÃ, novos levantamentos foram feitos e de acordo com Dias (2018), ouve uma evolução na renda média mensal das famílias para 1.466,66 (mil quatrocentos e setenta e seis reais centavos). Os dados mostram um incremento na renda familiar da ordem de 119,52% entre 2011 e 2016.

O aumento da renda familiar se vincula a alguns fatores, quais sejam: extinção do atravessador (comerciante que comprava à produção a base de troca de mercadoria), beneficiamento de polpas de frutos, colheita da castanha (*Bertholletia Excesa*), açafí (*Euterpe oleracea Mart*) cultivo de mandioca (*Manihotesculenta Crantz*) carne do pirarucu (*Arapaima Gigas*) produção de carne e pele de jacaré (*Melanosuchus niger*; Caiman crocodilos), destinada à comercialização da carne ao comércio da capital Porto Velho e as peles ao mercado nacional e internacional.

De início (2011) a COOPCUNIÃ contou com a parceria do consorcio Santo Antônio Energia que investiu 400.000 (quatrocentos mil reais) para construção do frigorífico para abater e conservar a carne e pele do

jacaré. A Fundação Banco do Brasil em 2017 contribuiu com 480.000 (quatrocentos e oitenta mil reais) para melhorar a estrutura e compra de equipamentos.

A atividade da COOPCUNIÃ iniciou em 2011 com o abate do jacaré. De acordo com Antônio Ednaldo Fernandes de Souza, Coordenador de Gestão Administrativa no período de (2011-2019), foi abatido em fase experimental 297 jacarés que derivou um quantitativo de 1.500 quilos de carne. As primeiras peles foram vendidas ao preço de 100 reais a unidade e a carne comercializada no valor de 20 reais o quilo. Totalizando um recurso de 59.100 (cinquenta e nove mil e sem reais). A maior parte do montante foi destinada para pagamento dos cooperados, pela execução do projeto de abate do jacaré, o restante foi para investimento em benefício da Cooperativa (COOPCUNIÃ)

Em 2012 e 2013 a COOPCUNIÃ dá prosseguimento ao projeto e nos dois anos (2012- 2013) de manejo, são abatidos 1.600 jacarés e colheram-se 7.000 (sete mil) quilos de carne que foram comercializadas ao valor de 22 reais o quilo e as peles foram vendidas ao valor de 150 reais a unidade in natura totalizando um montante de 394.000 (trezentos e noventa e quatro mil reais). Em 2014, Rondônia enfrenta a maior enchente do século e as atividades foram suspensas, mas nos anos seguintes (2015 e 2016), a cooperativa retoma as atividades e abate 1747 jacarés e colhe 8,5 toneladas de carne. O montante arrecadado pela Cooperativa chegou em 449.000 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais). No período de 2016 a 2020 a COOPCUNIÃ não desenvolveu atividades devido está se adequando as exigências da Secretaria de Agricultura do Município de Porto Velho. Segundo Antônio Ednaldo, a Cooperativa sanou todas as exigências e está apta para desempenhar atividades do abate do jacaré e também de outras atividades.

O extrativismo do peixe é considerado como a principal fonte econômica, porém, ainda a comercialização in natura. Segundo Alessandra Santos, responsável pela liberação de notas para comercialização do pescado na Resex Cuniã, em 2020 foram pescados aproximadamente 20 toneladas de peixe entre março a outubro, e o pirarucu se destaca das demais espécies com 10 toneladas. O pescado no Lago do Cuniã contribuiu para elevar a renda dos moradores com uma estimativa de recurso aproximado de 150.000 (cem e cinquenta mil reais).

De acordo com Tito Gonçalves Neves, atual Coordenador de Gestão Administrativa da COOPCUNIÃ, (2019 a 2023), em 2021 é possível retomar o abate do jacaré, todas as exigências feitas pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEMAGRIC), foram atendidas. Com a parceria da Fundação do Banco do Brasil, a Cooperativa recebeu em 2019 um recurso estimado em 220.000 (duzentos e vinte mil reais) para a agroindústria do açaí, todas as instalações estão prontas para iniciar a industrialização do produto (açaí). Os extrativistas do Lago do Cuniã produzem aproximadamente 45 (quarenta e cinco) toneladas de açaí e 60 (sessenta) toneladas de castanha a cada safra. Segundo Tito Neves, a industrialização desses produtos (castanha e açaí) pode chegar a uma arrecadação de 1.000.000 (um milhão) desde que sejam industrializados.

A produção extrativista na Resex Cuniã, ainda está alinhada as práticas socioculturais de seus moradores que mantem o costume predominante do extrativismo vegetal e animal, mantendo uma relação de sustentabilidade com o que produz. Os projetos ministrados pelos parceiros (Governo Estadual, Municipal, ONG) na comunidade, passam por análises minuciosas desde a criação até a execução. Em alguns casos, são parados na primeira assembleia.

O termo sustentabilidade social e ambiental na RESEX Lago do Cuniã está relacionada a qualquer ação, quer seja por parte da Associação ou da Cooperativa. O plano do turismo comunitário é um exemplo. Começou em 2014 e só foi aprovado em fevereiro de 2020, após os núcleos (Neves, Pupunhas, Silva Lopes e Araçá) revisarem os pontos fortes e fracos, ou benefícios e malefícios, ficando a comunidade com a total responsabilidade sobre o planejamento, direção e controle de todo o projeto. Nessa mesma linha são administrados outros projetos como o manejo do jacaré, controle da pesca, extrativismo do açaí, castanha, produção de farinha e outros.

Desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, contudo, os moradores extrativistas do Cuniã, acrescentam o termo desenvolvimento sustentáveis, ou melhor, a construção de uma sociedade consciente que luta para manter preservado um espaço de 75.876 hectares. Para os moradores e a sociedade, isto é um desafio. Apesar de não contarem com recurso e equipamento, os moradores fiscalizam e em casos de invasão comunicam ao ICMBio que toma as devidas providências.

No geral, o conceito de desenvolvimento sustentável na Resex do Lago do Cuniã, tem uma relação direta com sustentabilidade social, ambiental e econômica. A economia que sustenta os 450 moradores vem do extrativismo vegetal e animal, e por isso que, a cada dia, os moradores, sob a orientação do associativismo cooperativista, planejam estratégias, métodos e mecanismos que possibilitam conciliar o conceito de sustentabilidade, para assegurar a permanência dos moradores e a preservação dos ecossistemas nos quais vivem. Atualmente, (2020) a COOPCUNIÃ conta com 150 sócios entre homens, mulheres e jovens a partir de 16 anos que podem se associar conforme consta no Art. 4º do seu Estatuto.

IV. Conclusion

Aprofundar o conhecimento sobre a história de formação da comunidade, permanência e conservação do Ecossistema do Lago do Cuniã, foi um desafio. A procura por resposta às perguntas entre as quais se incluem: como as famílias sobreviveram em local isolado, de difícil acesso? O que motivou a permanência? Por que uma área tão grande como a do Cuniã não sofreu ocupação antrópica? A busca de respostas a essas perguntas precisavam de respostas para entender o real significado da existência da comunidade do Lago do Cuniã.

Diante da dúvida, essas perguntas tornaram-se o objeto de pesquisa, e o objetivo foi procurar esclarecer através de um trabalho etnográfico essas perguntas. É sabido que, a história de formação da comunidade do Lago do Cuniã, tem uma relação histórica com os remanescentes da nação [Mura, porém, os migrantes nordestinos] que chegaram ao fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foram decisivos para a formação da comunidade.

No desenvolvimento da pesquisa, outros temas foram abordados por entender que tinham uma relação direta com o objeto de pesquisa entre os quais se abordou: os assentamentos promovidos pelo INCRA para desenvolver o setor da agricultura, cultivo do café, cacau, milho, arroz e outros, também a pecuária, agronegócio e surgimento dos órgãos e programas que se destacaram entre os quais o PLANAFLORO, ONGs, órgãos governamentais, associações, cooperativas e outros.

É possível afirmar que a criação da Associação de Moradores do Lago do Cuniã (ASMOCUN) foi o instrumento de luta dos moradores para reivindicar seus direitos às autoridades pela permanência no Cuniã, também dar continuidade em novas demandas existentes no local. A Cooperativa de Pescadores, Aquicultores, Agricultores e Extrativistas da Resex Cuniã (COOPCUNIÃ), acontecem no segundo momento, porém é vista com a mesma importância pelos moradores e contribui com a viabilidade econômica da comunidade, alavancando projetos de manejo em diversas áreas. Da união da Associação de Moradores com a Cooperativa criou-se o termo Associativismo Cooperativista para promover sustentabilidade social, ambiental e econômica para os moradores da Resex do Cuniã.

A criação dos órgãos de controle como o PLANAFLORO foi fundamental para a manutenção do Bioma do Lago do Cuniã. Foi através do programa do PLANAFLORO que acontece a divisão territorial de acordo com a 1ª aproximação do Zoneamento de Rondônia e áreas como do lago do Cuniã, incluída para a prática extrativista, ficou até o momento livre da ocupação antrópica. Ressalta-se também como fator importante no quesito preservação o trabalho das ONGs, OSR, que reivindicaram a criação de reservas federais e estaduais para preservar espaços que poderiam sofrer invasões.

A ocupação das terras promoveu mudanças no cenário em Rondônia, em especial, na flora. Rondônia foi o território que mais perdeu floresta com o modelo de ocupação. Mas também a ocupação “Planejada” dos militares proporcionou o sonho de milhares de trabalhadores que migravam de um lado para o outro a procura de um pedaço de terra para produzir. Isso alavancou o crescimento populacional de Rondônia e junto, à economia promovida pelas atividades agrícola e pecuária.

O salto na produção do café, cacau, milho, arroz e outras culturas em conjunto com a pecuária elevou a posição de Rondônia no ranque nacional de produção. Foi responsável pela criação de diversas cidades dentro e fora do eixo da BR 364. Com a abertura de estradas, várias áreas foram consolidadas e o Território de Rondônia se transforma em Estado de Estado.

A ocupação das terras do Território de Rondônia a princípio foi programada pelos governos do regime militar, no entanto, grande parte dos migrantes que chegaram demarcou sua própria terra. É possível afirmar que as autoridades dos governos estadual e federal não tiveram a menor preocupação em preservar a natureza, pelo contrário, o lema era: integrar para não entregar. Tal ação foi considerada como descaso das autoridades brasileiras, tornando motivo de preocupação da comunidade internacional que exigiu providência para conter o desmatamento na Amazônia, caso contrário, romperia os repasses de verbas para investimentos.

Presume-se que as áreas preservadas em Rondônia, podem ser diminuídas para aumentar as atividades do agronegócio. A produção de grãos e pastagem cresce com o apoio do governo e iniciativa privada. Sabe-se que o agronegócio já utiliza todas as terras que estão no estorno das reservas, quer sejam de caráter estadual ou federal. No caso da Resex Cuniã, ainda é protegida por uma ESEX, contudo fortes sinais de invasão já foram detectados pelos moradores do Cuniã e o ICMBio.

O crescimento do agronegócio é uma realidade em Rondônia, e mediante o relato, pode-se afirmar que em um momento bem próximo as áreas preservadas em Rondônia possam sofrer transformações através de decretos e serem liberadas para atividade agropastoril.

Diante dos fatos, valem ressaltar a importância das associações comunitárias, ONGs, organizações governamentais com políticas voltadas para a preservação do meio ambiente, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal e sociedade em geral, todos engajados no combate as atividades que ameaçam a integridade do meio ambiente. Em Rondônia existem muitas áreas degradadas que podem ser reaproveitadas para atividades econômicas, deixando o que restou de nossa fauna e flora intactas.

A ASMOCUN e COOPCUNIÃ são instrumento de luta dos moradores. A ação do associativismo cooperativista sustentou até a presente data (2020) a permanência de aproximadamente 500 famílias no Lago do Cuniã, e conservou uma área de 254. 320 hectares de floresta. A luta dos moradores não foram em vão, eles continuam com proposito de preservar esse santuário Ecológico para si e futuras gerações. O lema dos moradores se alicerça em uma frase escrita em uma carta em 1987 ao presidente José Sarney, pelos membros da ASMOCUM, (Rubens Inocêncio de Souza e Sebastiao Gonçalves neves) que pediram a criação de uma reserva extrativista, e justificando o seu amor pela terra, afirmaram o seguinte: “amamos e defendemos cada palmo desse chão como se fosse parte do nosso corpo”.

References

- [1]. ALMEIDA, C. M. V. C.; MATOS, P. G. G.; DESTRO, W. Contribuições da CEPLAC para o processo de colonização de Rondônia: 40 anos de história e prospectiva. Porto Velho: CEPLAC/SUERO, 2011.
- [2]. ALMEIDA SILVA, A de; NACIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva & SILVA, Ricardo Gilson da Costa (orgs.). Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: Reflexão geográfica. Curitiba: SK Editora; Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012. 426p.
- [3]. ARAÚJO, P. F. C; MARQUES, R. W. C. Uma visão macroeconômica do Planaflo. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociedade Rural. Cuiabá. Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociedade Rural. Juiz de Fora: Templo Gráfica e Editora Ltda, vol. 1, 2004. Acesso: <http://www.sober.org.br/palestra/12/06O364.pdf> Acesso em: 20/01/2020.
- [4]. _____. Empréstimo nº 3.444, de 19 de setembro de 1992, que autoriza a criação do PLANAFLO.
- [5]. _____. Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981, que estabelece o Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE
- [6]. _____. Lei Complementar nº 041, de 22 de dezembro de 1981, que cria o Estado de Rondônia.
- [7]. CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra brasileira de café. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_09_22_09_06_12_boletim_cafe_-_setembro_2016.pdf>. Acesso em: Dezembro, 2019.
- [8]. COSTA SILVA, R. G. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percurso da formação socioespacial de Rondônia (1970-1995). Curitiba: SK Editora; Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012. p 59-82.
- [9]. DIAS, Maria Irenilda de Souza. Gestão Participativa e Compartilhada: um modelo para as cooperativas da Agricultura Familiar. Curitiba: CRV, 2018.
- [10]. DIEGUES, A. C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. Revista e Ampliada. São Paulo: 2008. 6ª Edição.
- [11]. FERREIRA, M. M. Rondônia: Principais fases de desenvolvimento. Curitiba: SK Editora; Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012. p. 31-57.
- [12]. FIGUEIREDO, F. A. A Resex do Cuniã e a População do Entorno – Perspectivas Socioeconômicas e Ambientais. 2006. 154p. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.
- [13]. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- [14]. IBGE. Censo 2000. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/sidra/população/censo>>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- [15]. _____. Censo Agropecuário – 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2006.
- [16]. _____. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010.
- [17]. _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal - PAM. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- [18]. IANNI, Octávio. Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- [19]. MALINOWSKI, Bronislaw. Mito, ciência e religião. trad. Maria Georgina Segurado. Lisboa: Edições 70, 1988.
- [20]. MACIEL, Antônio C.. A Formação Cultural da Amazônia e a Ocupação Econômica de Rondônia a partir de 1970: O Último Round da Resistência Cabocla. In: Marcia Aparecida Gobbi; Maria Letícia B. P. Nascimento. (Org.). Educação e Diversidade Cultural: Desafios para os Estudos da Infância e da Formação Docente. 1ªed. Araraquara-SP: Junqueira & Marin, 2012, v. , p. 122-152.
- [21]. MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência: A questão política no campo. São Paulo: 1980.
- [22]. NAPRA - Disponível em: http://www.napra.org.br/?page_id=148. Acesso em: 21 de maio de 2020.
- [23]. OTT, A. M. T. Dos projetos de desenvolvimento, ao desenvolvimento dos projetos: O Planaflo em Rondônia. 2002. 171 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- [24]. RONDÔNIA. Decreto-Lei nº 3.782, de 14 de junho de 1988, que institui o zoneamento sócio-econômico-ecológico do Estado.
- [25]. _____. Lei Complementar Estadual nº 52, de 20 de dezembro de 1991, que institui o PLANAFLO.
- [26]. VEGINI, Valdir; VEGINI, Rebecca Louize; LOPES, Valdir Ferreira. Subliminidades étnicas em “a cobra grande do poço preto” do Lago Cuniã. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros, Brasília-DF, Instituto Processus, ano 02, edição 05, jan./mar. 2011. Disponível na Internet: http://www.institutoprocessus.com.br/2011/revista-cientifica/ediçãoo_5/8_edição5.pdf Acesso em: 25 de setembro de 2019.